

As políticas culturais durante a ditadura militar no tocante à Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE)

Cultural policies during military dictatorship in the Public Library of Ceará (BECE)

Geomarque Sousa Carneiro

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
geomarquesousa@gmail.com

Jefferson Veras Nunes

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).
Docente no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC).
jefferson.veras@ufc.br

RESUMO

Tem como objetivo analisar as ações empreendidas pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) durante o período da ditadura militar com a finalidade de verificar suas implicações na Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE). A presente investigação adotou como delineamento metodológico a análise de conteúdo, tendo como base um conjunto bibliográfico e documental composto por trabalhos acadêmicos e pesquisas em documentos oficiais em torno da SECULT e da BECE. Discute a conjuntura que antecedeu a implementação do regime a nível nacional e estadual, bem como as políticas culturais do Governo Federal. Aborda o surgimento da SECULT como fruto de tais políticas e a aplicação destas à Biblioteca Pública, apresentando o panorama geral das ações do Governo durante o período de 1964 a 1985. Como resultado, aponta que a Biblioteca Pública Estadual do Ceará foi influenciada pelas políticas culturais do período, reproduzindo, em parte, a lógica de ações referentes ao projeto de país defendido pelos militares. Conclui sinalizando que foi aplicada à BECE uma política voltada, em sua maior parte, à realização de intervenções de caráter estrutural, concentrando-se em mudanças de endereço e reparos nas edificações, conferindo à instituição um espaço diminuto no âmbito das políticas culturais pensadas e operadas por parte da SECULT durante o período em questão.

Palavras-chave: Biblioteca Pública Estadual do Ceará – BECE. Secretaria de Cultura do Ceará – SECULT. Políticas Culturais. Ditadura militar.

ABSTRACT

It aims to to analyze the actions taken by Ceará Department of Culture (SECULT) during the military dictatorship period by examining its implications at the Public Library of Ceará (BECE). The present investigation adopted as methodological outline the content analysis, based on a bibliographic and documentary corpus composed of academic works and research in official documents around the SECULT and the BECE. It discusses the situation that preceded the implementation of the regime at national and state level, as well as the cultural policies of the Federal Government. It addresses the emergence of SECULT as a result of these policies and their application to the Public Library, presenting the general panorama of public policies in the state during the period from 1964 to 1985. As a result, denotes that the Public Library of Ceará was influenced by the cultural policies of the period, partially reproducing the logic of actions related to the country project defended by the military. He concludes by pointing out that a policy was applied to BECE, for the most part, to structural interventions, focusing on changes of address and repairs to buildings, giving the institution a small space within the scope of cultural policies designed and operated SECULT during the period in question.

Keywords: Public Library of Ceará – BECE. Ceará Department of Culture – SECULT. Cultural Policies. Military dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

No dia 1º de abril de 1964, o Brasil amanheceu governado por militares que implantaram uma ditadura que duraria 21 anos. Os anos que se sucederam ao golpe civil-militar se tornaram amplamente conhecidos pelo emprego da censura e uso sistemático da tortura contra perseguidos políticos, além de inúmeras outras práticas de violação dos direitos humanos e das mais básicas garantias democráticas.

Apoiados por setores da classe média e do empresariado brasileiro, os militares destituíram João Goulart em 31 de março de 1964, sob o argumento de que era preciso afugentar a influência comunista do País. Temas envolvendo a defesa da família e o combate à corrupção davam o tom da narrativa que perdurou por todo o regime (RUBIM, 2007). Com o estopim do golpe, João Goulart temia que qualquer decisão de enfrentamento resultasse numa guerra civil. Por sua vez, não havia no Brasil uma esquerda suficientemente organizada com condições efetivas de fazer frente ao regime autoritarista que estava sendo implantado (TOLEDO, 2004).

Com as notícias sobre o golpe chegando ao Ceará via emissoras de rádio, tentou-se ainda articular algum tipo de resistência em Fortaleza, porém sem sucesso, o que resultou em repressão a manifestações, intervenção em sindicatos e invasão à sede do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – chamada, à época, de Escritório 25 de Março, situada no centro da cidade. Além disso, vale ressaltar que parte expressiva da elite cearense ofereceu apoio ideológico, financeiro e logístico para a empreitada dos militares, sendo acompanhada também por setores religiosos (FARIAS, 2007).

Ao contextualizar o período, Farias (2007) evoca parte do Editorial do jornal *O Povo* publicado em 7 de abril de 1964, onde é exaltada a vitória da chamada “revolução” planejada para depor o presidente e assumir formalmente o comando do País. Segundo o editorial, João Goulart tentava jogar o Brasil nas mãos de uma minoria. A Igreja Católica, por sua vez, chegou a organizar celebrações homenageando o feito dos militares, tendo sido uma delas realizada pelo próprio arcebispo metropolitano de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado. Enfim, o regime autoritário estava implantado e o Ceará, a exemplo de outros estados, passou a sofrer a sistemática e violenta repressão aos setores críticos às Forças Armadas.

Não obstante, um aspecto importante, que muitas vezes não recebe a devida

visibilidade, ao se debater acerca do golpe civil-militar brasileiro, refere-se, pois, às políticas culturais implementadas durante o período. Com o golpe de 1964, as políticas culturais passaram a receber um olhar meticuloso por parte do regime autoritário recém-implantado.

Na ambição de integrar a nação em torno de um ideário comum, de 1964 a 1968 o Estado se empenhou em sufocar quaisquer tipos de manifestações contrárias ao regime, uma vez que o clima que antecedia o golpe era permeado por expressões artísticas e culturais de cunho progressista (RUBIM, 2007). Assim, nos anos pré-1964, de acordo com Reimão (2011, p. 8), “consolidou-se no país um social de ideário esquerdista presente em boa parte do conjunto das atividades culturais e artísticas nacionais”. Tal cenário se manteve durante os primeiros anos da ditadura como característica principal da paisagem cultural brasileira, tendo sido, contudo, combatido pelos militares através da censura.

Do fim de 1968 a 1974 – período amplamente conhecido pela sanguinolência do regime militar, resultando no aprofundamento da repressão e da censura – nota-se o fortalecimento de artefatos culturais cuja finalidade era reproduzir valores do regime; e, de 1974 até 1985, intervalo marcado pelos governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, percebe-se uma tentativa de implementação do Plano Nacional de Cultura promovendo aporte financeiro à execução de programas e projetos caracterizados como culturais (RUBIM, 2007).

Dentro do plano geral das políticas culturais durante a ditadura militar, Fernandes (2013) aponta três grandes frentes de atuação, a saber: a) censura; b) infraestrutura e indústria cultural; e, c) órgãos de implementação de políticas culturais. Ao mesmo tempo em que a censura era praticada contra os mais diversos tipos de manifestações artística e cultural, a criação do Conselho Federal da Cultura (CFC), do Programa de Ação Cultural (PAC) e da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) acarretam dinamicidade ao campo da cultura, suscitando “[...] aumento de público e de demanda por formação de pessoal especializado. Esse fortalecimento do setor implica em maior burocratização, que culminaria com a criação do Ministério da Cultura, em 1985” (FERNANDES, 2013, p. 17).

Por sua vez, no Ceará, a proposição e efetivação de políticas culturais ficou a cargo da Secretaria de Cultura (SECULT) – cuja gênese se deu como desmembramento da Secretaria de Educação e Cultura pelo então governador Virgílio Távora (1963-1966) – o

último eleito antes da instauração do regime militar. A SECULT foi a primeira secretaria de cultura do Brasil, tendo sido instituída pela Lei nº 8.541, de 9 de agosto de 1966. Tão logo foi criada, a secretaria passou a abrigar diversos equipamentos culturais, dentre os quais vale mencionar a Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE) e o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)¹.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as ações empreendidas pela SECULT durante o período da ditadura militar com a finalidade de verificar suas implicações na Biblioteca Pública Estadual do Ceará. Para isso, lança-se mão da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como delineamento metodológico a análise de conteúdo (AC) nos termos de Bardin (2011).

Assim, na primeira fase da pesquisa, efetuou-se a definição do *corpus* bibliográfico e documental que serviu como aporte à análise, obedecendo critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; em seguida, explorou-se o material de acordo com o tema; e, por fim, na terceira etapa, realizou-se o tratamento dos dados coletados nos dois estádios anteriores, relacionando-os de modo a contemplar o objetivo apresentado acima.

A investigação foi desenvolvida em meio à pandemia de COVID-19 no Ceará. Consequentemente, limitações no tocante à pesquisa bibliográfica e documental foram enfrentadas durante o percurso de sua realização, em especial no que diz respeito ao acesso a jornais publicados em Fortaleza no período de 1964 a 1985. Tais periódicos se encontram nas instalações físicas da Biblioteca Pública Estadual do Ceará, que se manteve fechada por questões sanitárias. Todavia, buscou-se superar essas barreiras recorrendo a versões digitais e eletrônicas de documentos oficiais (tais como edições do Diário Oficial do Estado, jornais locais correntes e retrospectivos, revistas, boletins informativos, anais e anuários estatísticos), sempre atentando para a confiança, veracidade e fidelidade das informações examinadas.

Acredita-se que este artigo poderá oferecer contribuições importantes no tocante a investigações acerca da temática biblioteca pública, considerando a necessidade da

¹ Criado em 1916, o Arquivo Público do Estado do Ceará esteve inicialmente vinculado à Biblioteca Pública, passando, contudo, a pertencer à SECULT em 1968. O edifício que atualmente abriga o APEC situa-se no centro de Fortaleza e foi construído em 1880. Destinando-se ao público em geral, a instituição tem em seu acervo "[...] correspondências, processos, relatórios, censos, certidões, inventários, mapas, plantas e diversos outros documentos, provenientes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário (Extra-Judiciário) e, também, de particulares, desde o século XVII" (CEARÁ, 2013a, *online*).

instituição atender a todos os públicos de modo a possibilitar o acesso à informação, mas, também, fomentar a educação e a cultura (IFLA, 2013)²; além disso, pretende-se colaborar diretamente para a realização de mais estudos no âmbito das políticas culturais, em especial, aquelas que tenham como recorte temporal o período da ditadura militar no Brasil.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ (SECULT)

O debate em torno das políticas culturais ao longo do período ditatorial indica a profunda ligação entre o desenvolvimento de ações na esfera federal e sua coordenação e aplicação em nível estadual. Percebe-se isso ao analisar o histórico da formação da SECULT e do próprio Conselho Estadual de Cultura no Ceará.

Antes da criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1967 – que tinha como uma de suas proposições a instituição de conselhos de cultura em cada um dos estados do País – já operava no Ceará, desde 1961, uma associação conhecida como Conselho Estadual de Cultura (CEC) – todavia, sem consolidação enquanto entidade governamental, algo que somente viria a acontecer a partir da institucionalização da Secretaria de Cultura do Ceará (BARBALHO, 2008).

Inicialmente organizados em torno do CEC, intelectuais e artistas locais buscaram aprofundar a influência de seus ideais reivindicando a criação de um órgão que contasse com o apoio do Estado, devendo estar imiscuído em incentivar e divulgar a produção cultural no Ceará. Na verdade, o que o grupo buscava era obter reconhecimento institucional a fim de garantir legitimidade à visão de cultura que defendia à época.

De acordo com Barbalho (1998, p. 102-103),

A secretaria foi uma ideia “vendida” (termo é bem apropriado por dar uma ideia de mercado simbólico) ao governo. [...] Houve, então, uma pressão que possibilitou a criação da Secretaria. A instituição não foi pensada para atender os “objetivos maiores da cultura”, mas como um “atendimento” à reivindicação dos intelectuais.

² De acordo com as diretrizes da IFLA sobre as bibliotecas públicas, seus serviços devem se basear “[...] na igualdade de acesso para todos independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou *status social*” (IFLA, 2013).

O Conselho Estadual de Cultura nasceu como órgão consultivo para as ações do poder executivo voltadas ao setor, porém sem o peso institucional de uma secretaria. Assim, durante sua existência, a entidade foi alvo de críticas que a apontavam como inoperante, ainda que uma parcela dos problemas enfrentados fosse consequência de certa “imaturidade do Estado no trato com a cultura” (BARBALHO, 2008, p. 6). Nesse sentido, sob a ótica de Geraldo Nobre (1979, p. 16),

Embora válida a idéia da criação do Conselho Estadual de Cultura, e mesmo oportuna, o Governo incorrera em inexperiência ao prever um órgão fundamentalmente voltado para a representatividade de associações literárias, ou acadêmicas, e cujo papel se resumiria em atividade de coordenação, ou em debates inconseqüentes. A indeterminação do número de conselheiros, além da indiscriminação das finalidades e, sobretudo, a falta de uma estrutura, constituíam, de antemão, causas da inocuidade daquela providência.

Na prática, o CEC operava mais como instância de representação de associações literárias e acadêmicas do que enquanto organismo de coordenação de políticas governamentais no campo da cultura. Além disso, outros fatores contribuíram para o desmantelamento do CEC, tais como:

A indeterminação do número de conselheiros, além da indiscriminação das finalidades e, sobretudo, a falta de uma estrutura, constituíam, de antemão, causas da inocuidade daquela providência, que, nem por isso, deixava de constituir uma significativa tomada de posição do Governo (NOBRE, 1979, p. 16)

Alguns dos problemas apontados acima por Nobre (1979) só foram resolvidos com a criação da SECULT, que passa a ter o CEC enquanto órgão de assessoria e planejamento de suas atividades. A SECULT foi instituída no fim da primeira passagem de Virgílio Távora como governador, por meio da lei no 8.541, de agosto de 1966, tendo, no entanto, como pano de fundo a pressão exercida por parte da intelectualidade conservadora cearense que visavam a inserção de alguns dos seus integrantes nos quadros do Governo do Estado, buscando garantir um caráter oficial aos trabalhos realizados pelo grupo.

Todavia, é sob a gestão de Plácido Castelo (1966-1971) – eleito pela Assembleia Legislativa do Ceará por indicação do presidente Castelo Branco (1964-1967) – que Raimundo Girão é nomeado como o primeiro secretário de cultura do Estado, atuando à

frente da SECULT de 1966 a 1970. A gestão de Raimundo Girão foi decisiva não só para estruturar a secretaria, como também para conquistar reconhecimento junto à sociedade cearense.

Dentre os problemas iniciais enfrentados pelo órgão, vale mencionar o baixo orçamento destinado pelo Governo do Estado, tornando a Secretaria dependente de verbas federais, à época aplicadas em sua maioria à recuperação de prédios e à publicação de obras literárias de autores locais. Todavia, as limitações orçamentárias compreendiam apenas um dos entraves da pasta, podendo-se considerar enquanto principal problema do órgão o modo como operava com um sentido elitista de cultura, com foco às belas-artes, preterindo a cultura popular (BARBALHO, 2008; NOBRE, 1979).

Por sua vez, nomeado no governo de César Cals (1971-1975), Ernando Uchoa esteve à frente da SECULT de 1971 a 1977, momento em que um caminho contrário àquele trilhado durante a gestão de Raimundo Girão é adotado no que diz respeito à atuação da Secretaria. Ernando Uchoa priorizou a interiorização e a disseminação da cultura popular, atendendo, em grande parte, aos objetivos das políticas culturais federais em seu projeto de interiorização, sem perseguir, no entanto, a idealização do regime militar de construção de uma “cultura nacional”, cuja finalidade era fomentar o imaginário de um país unificado.

Durante a gestão de Ernando Uchoa, a SECULT desempenhou um importante papel, auxiliando, inclusive, na elaboração de diretrizes para criação de secretarias similares em outros estados, ao tempo que o Ceará era o único a possuir uma Secretaria de Cultura (BARBALHO, 1998). Ao longo da administração de Ernando Uchoa, observa-se que a pasta passa a contar com mais recursos financeiros provenientes do governo federal, o que viabilizou uma maior atuação do órgão, proporcionando-lhe visibilidade, sobretudo, a partir do desenvolvimento de projetos e mesmo através da realização de obras – dentre as quais, cabe mencionar o início da construção da sede definitiva da Biblioteca Pública Estadual do Ceará.

Além de Raimundo Girão e Ernando Uchoa, a SECULT foi gerida por mais três secretários no decorrer da ditadura civil-militar no País. É, no entanto, na administração de Denizard Macedo, secretário de cultura de 1975 a 1978, durante o governo de Adauto Bezerra (1975-1978), que o prédio onde até hoje está sediada a Biblioteca Pública Estadual do Ceará é inaugurado, contando com a presença de Ernesto Geisel, presidente

da república à época.

Em seguida, Eduardo Campos, secretário de 1979 a 1983, nomeado no segundo governo de Virgílio Távora (1979-1982), foi responsável por um importante projeto editorial onde 25% da tiragem das publicações eram distribuídas a bibliotecas no estado. E sob a gestão de Joaquim Macedo, de 1983 a 1987, indicado no governo de Gonzaga Mota (1983-1987), encerra-se a publicação da revista Aspectos, periódico oficial da SECULT que surgiu na instauração do órgão, tendo sua primeira edição lançada em 1967 (CEARÁ, 2013b).

A criação e consolidação da SECULT se deu, em maior parte, através de ações voltadas à integração de diversos equipamentos culturais ao órgão, seguida pelo encabeçamento de um projeto de “interiorização da cultura” no Ceará. Sendo a primeira Secretaria de Cultura do Brasil, desempenhou importante papel na propagação das concepções de cultura reivindicadas pela intelectualidade cearense, bem como dos governos militares que percebiam nesse campo uma oportunidade de conquistar adesão aos seus valores em diferentes estratos da sociedade.

Assim, com uma preocupação voltada à irradiação da visão de cultura do “centro” para as “margens”, as ações partiram de Fortaleza para outros municípios do interior do estado – sendo o caminho inverso raramente empreendido. Ao longo da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível identificar que a SECULT contribuiu, portanto, para o fortalecimento das políticas culturais atendendo a parte dos interesses do governo federal. Portanto, a apropriação da cultura, pelo governo estadual, reflete uma postura política não apenas local, mas também nacional (SILVA, 2016).

Depois da fundação da SECULT, a Biblioteca Estadual passou por duas mudanças de sede (o que será discutido na próxima seção deste artigo), ambas em logradouro com nome de personalidades militares, sendo a primeira delas para a Rua Franco Rabelo e a segunda para a Avenida Presidente Castelo Branco. Além disso, o próprio prédio também foi batizado homenageando um militar: Menezes Pimentel, interventor federal durante o governo de Getúlio Vargas. Todas essas coisas cooperaram para o fortalecimento da simbologia militarista em torno da instituição. O prédio recebeu este nome em razão do Decreto 12.768, do governador Waldemar Alcântara (1978-1979), que assumiu o executivo estadual depois da renúncia de Adauto Bezerra, em 1978.

Ainda que a criação da SECULT tenha representado certa conquista no que diz

respeito à organização de ações e programas políticos voltados para o setor cultural no estado do Ceará, o órgão possui em sua gênese um cunho elitista, tendo sua criação se dado mais por pressão de um grupo de intelectuais favoráveis ao governo militar do que necessariamente por aspiração popular. Conseqüentemente, isso ocasionou com que prevalecesse em relação à Biblioteca Pública Estadual do Ceará um caráter patrimonialista, quer dizer, conferiram à instituição a função de salvaguardar a “cultura” e os “valores” defendidos durante o regime de exceção, tanto em nível estadual como federal.

3 HISTÓRICO DA BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DO CEARÁ (BECE) E OS DESDOBRAMENTOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS IMPLEMENTADAS DURANTE A DITADURA MILITAR

As principais fontes a que se teve acesso durante o levantamento acerca da história da Biblioteca Pública Estadual do Ceará foram obtidas por meio de publicações oficiais da SECULT, assim como, também, recorrendo-se a trabalhos acadêmicos e textos de renomados memorialistas que narram parte da história da cidade de Fortaleza.

Fundada sob ideal iluminista, em 1867, mais precisamente no dia 25 de março pelo então presidente da província, Dr. João de Souza Mello de Alvim, a Biblioteca Pública do Ceará teve sua história marcada por inúmeros desafios. Com acervo inicial de 1.730 volumes (PIMENTEL, 2019), dentre exemplares comprados diretamente da Europa pelo Governo e outros doados por particulares, a instituição conta atualmente com mais de cem mil títulos.

Instalada, a princípio, no centro de Fortaleza, em espaço pertencente ao Theatro José de Alencar, foi posteriormente realocada em decorrência da baixa visitação e dos constantes furtos ao acervo. Ao longo de sua história, a Biblioteca passou por diversas alterações de endereço. Conforme escreve Pimentel (1979, p. 152),

A Biblioteca Pública já ocupou quase uma dezena de locais: Praça Marquês de Herval (1867 a 1873), Rua Sena Madureira, esquina da Visconde de Sabóia (1904 a 1926), ex-Edifício da Assembléia Legislativa, à Rua Floriano Peixoto (1926 a 1952), à Rua Solon Pinheiro nº 76 (1952 a 1967), Praça do Cristo Redentor, à Rua Franco Rabelo nº 56 (1967 a 1970), no antigo Palácio da Luz à Rua Sena Madureira (1970 a 1974), à Rua Tristão Gonçalves nº 920.

Em uma das mudanças, a instituição chegou, inclusive, a ser anexada à centenária Faculdade de Direito do Ceará logo no início do século XX – antes mesmo da referida faculdade compor a Universidade Federal do Ceará, que só foi criada em 1954. Depois da fundação da SECULT, em 1966, a Biblioteca passou a integrar o órgão, sendo uma das primeiras ações de Raimundo Girão submeter a instituição, em 1967, a nova mudança de sede em alusão aos seus 100 anos de fundação (BARBALHO, 1998).

As transições de endereço ocorreram, em grande parte, devido a comprometimentos nas instalações. O primeiro deslocamento pelo qual passou a Biblioteca Pública Estadual do Ceará, sob o período da ditadura militar, ocorreu no ano de 1967, quando a instituição migrou para a Rua Franco Rabelo (AZEVEDO, 2001). Por sua vez, a sede da Rua Franco Rabelo também possuía problemas estruturais sérios que acarretaram, dentre outras coisas, danos ao acervo, além de colocar em risco a segurança de funcionários e usuários. Uma nova sede foi requisitada e o prédio que abrigava a instituição foi demolido decorridos apenas três anos de sua inauguração.

Enquanto a nova sede não era construída, a solução encontrada para preservar o acervo foi distribuí-lo pela capital cearense. Segundo afirmam Guedes e Santos (2006, p. 39), “o setor de obras gerais foi deslocado para a rua Tristão Gonçalves entre Duque de Caxias e Clarindo de Queirós, a seção de encadernação permaneceu no Palácio da Luz e a Hemeroteca foi para a rua Carlos Vasconcelos esquina com Heráclito Graça”.

A partir de nova mudança de endereço, ocorrida em 1975, desta vez para sede definitiva, a Biblioteca tem sua reabertura em edificação localizada à Avenida Presidente Castelo Branco, sem que as obras no local estivessem totalmente concluídas. A pressa na inauguração do edifício se deu, possivelmente, em razão da visita do então presidente da república, Ernesto Geisel, e da publicação de decreto pelo governo federal estabelecendo aquele como o “Ano da Cultura” no Brasil (BARBALHO, 1998).

A construção da nova sede da Biblioteca Pública Estadual do Ceará, projetada por Aírton Montenegro Júnior e Francisco Célio Falcão, tem em sua concepção uma perspectiva arrojada, sendo, inclusive, referência da arquitetura modernista cearense (BECE, 2021). Contando o edifício com cinco andares e mais de dois mil metros quadrados de área, a instituição foi planejada para ter a capacidade de abrigar um acervo de 500.000 volumes e atender a até 500 usuários simultaneamente (COSTA, 1983).

Contudo, segundo aponta Pimentel (1979, p. 152), apesar do projeto audacioso,

[...] Restaram por concluir algumas complementações de seus pré-requisitos para o perfeito funcionamento: os elevadores, a adequação das instalações elétricas e de segurança e a central de ar condicionado tão indispensável por tratar-se de localização em orla marítima, susceptível dos efeitos danosos da maresia sobre o acervo.

Percebe-se, com base na pesquisa empreendida por Costa (1983), que, mesmo decorridos cinco anos desde a inauguração do prédio, alguns problemas continuaram carecendo de solução. Dentre as pendências mencionadas pela autora, estão: problemas nas instalações elétricas, ausência de elevadores e necessidade de sistema de refrigeração, assim como o reforço da iluminação e da segurança nos ambientes externos. Os funcionários reivindicavam que, mesmo após a resolução das pendências relacionadas à edificação, fosse destinado à Biblioteca verba permanente para assegurar sua manutenção e funcionamento.

Os desafios pela BECE nesse período foram vários e não se restringiram a questões prediais, já que restava ainda a reorganização dos setores que integravam a instituição antes da paralisação, mobilizando os funcionários a empreenderem esforços que viessem a minimizar algumas das sequelas advindas das mudanças (PIMENTEL, 1979). Outro ponto importante identificado durante a pesquisa, diz respeito a reivindicações por parte dos funcionários a entes governamentais pleiteando a

[...] desapropriação de espaços por parte de outros órgãos, inclusive começando o exemplo por parte da Secretaria de Cultura, em respeito ao projeto estudado para os fins específicos de servir exclusivamente a uma Biblioteca Pública de 500.000 volumes (COSTA, 1983, p. 69).

Em 1978, sob o governo de Waldemar Alcântara, a Biblioteca recebeu nova denominação, passando a se chamar Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP). O nome pelo qual foi batizada a instituição naquele momento se deu em homenagem a Francisco de Menezes Pimentel, político influente que comandou o estado do Ceará em duas ocasiões: primeiramente, de 1935 a 1937, como governador eleito; e, de 1937 a 1945, como interventor federal.

Já durante o governo de Adauto Bezerra, não se observou nos documentos consultados significativas mudanças no tocante à Biblioteca. Por sua vez, o segundo mandato de Virgílio Távora ensejou importante avanço para a instituição, acarretando maior reconhecimento desta junto à sociedade, sobretudo, depois da criação do Sistema

Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará através do Decreto nº 14.152 de 24 de novembro de 1980, cujo objetivo era promover a organização de bibliotecas em diferentes municípios do estado.

No documento que serviu de base à concepção do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará, constava como finalidade do projeto, segundo Pimentel (1979, p. 155), “implantar, ampliar e reativar Bibliotecas Municipais, prepará-las tecnicamente, organizar as suas coleções, minimizar os seus custos operacionais, prestar assistência técnica de diferentes formas, treinar os seus responsáveis [...]”. Percebe-se, todavia, que a proposição da ação por parte do Governo do Estado alinhava-se, conforme foi debatido na seção anterior, a um projeto mais amplo de interiorização proposto em âmbito federal durante o regime militar.

No decorrer da pesquisa bibliográfica e documental, constatou-se que a maior parte das intervenções empreendidas na instituição foram de ordem estrutural, acometendo a Biblioteca a sucessivas mudanças de endereço em decorrência de problemas no tocante ao prédio e às suas instalações. Cada uma das mudanças ocasionou prejuízos diversos ao acervo. Fato importante que cabe mencionar é que, passados alguns anos da inauguração da sua sede mais recente, podia-se identificar deteriorações sérias, que novamente comprometiam o funcionamento da Biblioteca e a segurança de seus funcionários. Lamentavelmente, a instituição pagou um alto preço pelo descaso do Governo e um incêndio de grandes proporções destruiu parte do seu patrimônio em 1987.

Conforme assinala Leitão (2011), os militares se concentraram na elaboração de diretrizes que pudessem, de certo modo, regular a publicação de livros, sem demonstrar, no entanto, uma preocupação com o acesso a essa produção. Possivelmente em razão disso, as fontes consultadas destacam mais o caráter patrimonialista da instituição, não oferecendo elementos suficientes para se aventar questões acerca de eventuais interferências político-ideológicas na composição do acervo ou nos serviços ofertados pela BECE ao longo da ditadura militar brasileira. Com frequência, informações relacionadas ao tema são vagas e de difícil acesso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo apresentado no início deste artigo, almejou-se aqui abordar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Ceará durante o período da ditadura

militar com o propósito de examinar seus desdobramentos na Biblioteca Pública Estadual do Ceará.

Através do levantamento realizado acerca das políticas culturais pensadas e aplicadas pelo Governo do Estado durante a ditadura, percebeu-se que, num primeiro momento, sob a gestão de Raimundo Girão, a criação e atuação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará teve forte caráter elitista e conservador; por sua vez, em um segundo momento, sob a gestão de Ernando Uchoa, a interiorização e a busca por popularizar a instituição deram o tom das políticas culturais fomentadas pelo governo.

De início, a SECULT precisou lidar com certa desconfiança acerca de sua pertinência enquanto órgão público, necessitando, primeiramente, de consolidação para, em seguida, depois poder se voltar à ampliação de suas atividades. Ao longo do levantamento bibliográfico e documental, notou-se, no entanto, que as fontes consultadas não davam o mesmo destaque aos demais secretários que passaram pelo órgão durante a ditadura militar – possivelmente, por não terem sido tão marcantes para a pasta.

No decurso da pesquisa, observou-se que a Biblioteca Pública Estadual do Ceará foi bastante influenciada pelas políticas culturais do período, reproduzindo, em parte, a lógica de ações referentes ao projeto de nação defendido pelos militares. Nesse sentido, percebeu-se que à BECE foi aplicada uma política voltada, em sua maior parte, à realização de intervenções de caráter estrutural, concentrando-se em mudanças de endereço e reparos nas edificações. Assim, no que diz respeito à execução de ações e serviços que tivessem a Biblioteca como ponto de partida, pode-se dizer que a instituição ocupou um espaço diminuto, até por existir certa centralização das decisões por parte da SECULT.

Por outro lado, o período democrático não acarretou, de início, mudanças significativas para a Biblioteca. Uma reforma geral, a primeira desde a sua construção em 1974, só foi realizada em 2002 (ocasião em que foi executada a integração do prédio ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura). Ainda assim, vários problemas de ordem estrutural continuaram, de modo que outra intervenção teve que ser empreendida pouco mais de uma década depois, iniciando-se em fevereiro de 2014, sob a gestão de Paulo Mamede na SECULT.

Decorridos mais de 7 anos do fechamento para a última reforma, finalmente a BECE foi reinaugurada no dia 12 de agosto de 2021. A tão esperada reabertura foi transmitida em tempo real pela internet, sendo a participação presencial no evento

reservada apenas a funcionários e algumas autoridades, dentre as quais vale mencionar o governador do estado, Camilo Santana, acompanhado do secretário de cultura, Fabiano Piúba (CEARÁ, 2021).

Em observância aos protocolos sanitários e decretos dirigidos ao setor cultural, a Biblioteca Pública Estadual do Ceará passou a receber o público em geral em suas dependências a partir do dia 13 de agosto de 2021, mediante agendamento por meio do *site* da instituição e em número reduzido. Durante a reforma, a biblioteca funcionou parcialmente em um dos antigos galpões da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), no centro de Fortaleza, tendo, no entanto, o atendimento ao público sido suspenso no período de agravamento da pandemia no Ceará.

O valor gasto na obra foi destinado tanto à efetivação de reparos estruturais, como também à aquisição de equipamentos, mobília, acervo, modernização e ambientação dos espaços, como consta no *site* da SECULT (CEARÁ, 2021)³. No bojo dessa transformação, não se pode esquecer de mencionar a alteração no nome da instituição, que deixou de se chamar Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel para se denominar Biblioteca Pública Estadual do Ceará – um passo importante para se desvencilhar da simbologia militar que a tem perseguido durante tanto tempo. Anela-se que essa reforma seja evidentemente mais do que estrutural, possibilitando uma atuação ampla da instituição, comprometida com os interesses da sociedade.

Por fim, reforça-se que o objetivo proposto nesta pesquisa foi alcançado. O presente artigo teve como motivação contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos percalços e dificuldades enfrentados pela Biblioteca Pública Estadual do Ceará ao longo de sua história, debruçando-se também sobre como a instituição foi afetada pelas políticas culturais desenvolvidas durante o regime militar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Miguel Ângelo de (Nirez). **Cronologia ilustrada de Fortaleza**: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

³ Segundo informa o Governo do Estado, o valor total investido “[...] na reforma e modernização da Biblioteca Pública, por meio da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, foi de R\$ 21.671.697,79, sendo R\$ 11.348.762,75 destinados à obra estrutural e R\$ 10.322.935,04 à modernização, incluindo a aquisição de equipamentos, mobiliário, ambientação e acervo. Também foram investidos R\$ 2.846.362,95 na obra de integração da Biblioteca com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura” (CEARÁ, 2021, *online*).

BARBALHO, Alexandre. Orientando a cultura: o conselho de cultura do Ceará nos anos 1960-70. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2008. Disponível em: <http://www.conselhosdecultura.ufba.br/pdf/Alexandre%20Barbalho%20-%20Orientando.pdf>. Acesso em 20 mar. 2021.

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BECE. **Sobre a BECE**. Disponível em: <https://bece.cultura.ce.gov.br/sobre-bece/>. Acesso em: 08 out. 2021.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Arquivo público**. Fortaleza, 02 jan. 2013a. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/02/arquivo-publico/>. Acesso em: 01 out. 2021.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Breve Histórico das atividades literárias/Publicações da Secretaria da Cultura do Ceará**. Fortaleza, 10 jan. 2013b. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/10/publicacoes-da-secult-ce/>. Acesso em: 08 abr. 2020.

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Biblioteca Pública Estadual do Ceará - BECE foi reinaugurada nesta quinta (12/08)**. Fortaleza, 12 ago. 2021. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2021/08/12/biblioteca-publica-estadual-do-ceara-bece-foi-reinaugurada-nesta-quinta-12-08/>. Acesso em: 01 out. 2021.

COSTA, Maria de Fátima Oliveira. **A biblioteca pública para o infanto-juvenil: desempenho da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em relação ao usuário infanto-juvenil**. 1983. 390 p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1983. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32187>. Acesso em: 18 abr. 2021.

IFLA. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2. ed. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. 120 p. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)**. 2007. 201 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2906>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar, **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, jan./jun. 2013, p. 173-192. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/124/71>. Acesso em: 24 mar. 2021.

GUEDES, Mardônio e Silva; SANTOS, Fabiano dos. **40 anos da Secretaria da Cultura: memória e documentos históricos**. Fortaleza: SECULT, 2006.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas Públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**. São Paulo: Interciência, 2011.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Para a história cultural do Ceará: o Conselho Estadual de Cultura (1966-1976)**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1979.

PIMENTEL, M. F. P. Sistema de bibliotecas públicas do estado do Ceará. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 2, jul/dez. 1979, p. 151-157. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77233>. Acesso em: 25 mar. 2021.

REIMÃO, Sandra Lucia Amaral de Assis. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. 2015. 126 p. Tese (Livre Docência em Comunicação e Cultura) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/pt-br.php>. Acesso em: 12 fev. 2021.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antônio Albino Calenas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, Anderson de Sousa. As políticas públicas de cultura e as artes no Ceará: a criação e consolidação do centro de artes visuais – Casa Raimundo Cela. **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 34, n. 2, jul/dez. 2016, p. 313-328. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/issue/view/1754>. Acesso em: 24 mar. 2021.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

TRÉZ, João Gabriel. Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel pode ser reaberta em 25 de março. **O Povo**, Fortaleza, 23 mar. 2021. Vida & Arte. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2020/02/14/biblioteca-publica-menezes-pimentel-pode-ser-reaberta-em-25-de-marco.html>. Acesso: 23 mar. 2021.

Recebido em: 26 de abril de 2021
Aprovado em: 02 de novembro de 2021
Publicado em: 09 de dezembro de 2021